



# Gotad'água

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Ano XXXI – Nº 11 – 22 de abril de 2019

MICHEL JESUS, CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PRESSÃO TOTAL NO CONGRESSO

**PARCERIA  
PÚBLICO-PRIVADA  
É PRIVATIZAÇÃO  
DISFARÇADA**

### MP 868 terá de ser debatida com a sociedade em seminários regionais



Editada pelo golpista Michel Temer e adotada por Jair Bolsonaro, a Medida Provisória 868 terá de ser debatida pela sociedade em seminários regionais, conforme requerimento apresentado pelo deputado federal Joseildo Ramos (PT-BA). Essa MP desmantela o saneamento e escancara a privatização. Movimentos sociais e sindicais fazem pressão total para travar a tramitação dela no Congresso Nacional. Com os seminários, ela deve ter sua votação adiada por mais tempo. É uma vitória dos (das) trabalhadores (as). **PÁGINA 2**

**COMO ESPERADO, NEGOCIAÇÃO COM A CERB ESBARRA NAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS**  
**PÁGINA 4**

**ACORDO DO PPR JÁ ESTÁ ASSINADO E EMBASA DEVE PAGAR BENEFÍCIO DIA 09**  
**PÁGINA 3**

**MAIS CINCO ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO SÃO FECHADOS COM SAAES**  
**PÁGINA 4**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA NO DIA 2 DE MAIO VAI DISCUTIR PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NA BAHIA**  
**PÁGINA 3**



## MP 868 terá de ser discutida com a população em seminários regionais

Antes de ir à votação no Congresso Nacional, a Medida Provisória 868, também chamada de “MP da Sede e da conta alta” por abrir o saneamento para a iniciativa privada, terá de ser discutida em seminários regionais com participação aberta ao público. Isso foi resultado de requerimento apresentado pelo deputado federal Joseildo Ramos (PT Bahia), e aprovado durante audiência na Comissão Mista da Câmara dos Deputados, semana passada.

Joseildo justificou o requerimento pelo fato da MP 868 estar sofrendo várias críticas e impor sérios prejuízos aos municípios mais pobres do país ao acabar com o subsídio cruzado, mecanismo que garante investir nessas regiões através da “sobra” de arrecadação nos municípios mais ricos. Um instrumento que possibilita a solidariedade entre regiões e amplia os benefícios do saneamento na saúde de uma população mais ampla.

“Por ser uma decisão que afeta a todos, mas principalmente as populações mais pobres, não podemos deixar de discutir a proposta com especialistas e com o maior interessado no assunto, que é o povo. Por isso a necessidade dos seminários”, afirmou Joseildo.

A MP 868 é uma reedição da nefasta MP 844, “derrubada” no final do Governo Temer e por ele imediatamente reeditada, nos apagar das luzes do seu mandato, para manter sua promessa a empresários (de privatizar as companhias estaduais de saneamento) e agradar seu sucessor, Jair Bolsonaro. É uma medida que provoca alterações profundas no setor de saneamento e vem sendo criticada por parlamentares de diferentes partidos.

Ex-secretário nacional de Saneamento e ex-presidente da Embasa, atual representante dos trabalhadores no Conselho de Administração nessa empresa, Abelardo de Oliveira ressaltou a incoerência dessas propostas privatizantes, uma vez que os empresários querem investir não com recursos próprios, mas com dinheiro público, do FGTS, do FAT e dos fundos constitucionais do Norte e Nordeste. Além disso, afirmou ele, só querem áreas nobres que possam garantir lucros potenciais.

Citou ainda que iniciativa privada nem sempre é sinônimo de eficiência e qualidade, expondo o caso de Manaus, onde o serviço foi privatizado durante décadas e os índices de saneamento são vergonhosos.

O também deputado federal da Bahia, Afonso Florence (PT), afirmou a necessidade de afastar as ameaças de privatização sobre o saneamento, defendendo o fortalecimento dos serviços públicos. Até mesmo parlamentares de partidos que sempre defenderam a privatização estão criticando a MP 868, a exemplo de Samuel Moreira, do PSDB de São Paulo, também temeroso com o fim do subsídio cruzado: “Nós não podemos correr o risco de que só o filé tenha atenção e o osso seja largado”. Ou seja, existe um conjunto de críticas que merece a atenção de vereadores e prefeitos de municípios de menor porte e que podem ser os mais sacrificados. Por sinal, de forma inconstitucional, a medida acaba com a autonomia municipal no saneamento.

Mesmo o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, reconheceu falhas na MP 868. Ele reconheceu, entre outras coisas, que a medida não contempla os pequenos municípios, o que vai

“... não podemos deixar de discutir a proposta com especialistas e com o maior interessado no assunto, que é o povo. Por isso a necessidade dos seminários”, afirmou deputado federal Joseildo Ramos

gerar mais problemas para o saneamento. Também disse que é preciso cautela nas licitações e uma definição mais clara sobre a titularidade dos serviços.

## Câmara de Itabuna faz sessão especial para discutir futuro da água

A Câmara de Vereadores de Itabuna realiza uma sessão especial na próxima quarta (24), sob o título “O Futuro das Águas”, pra discutir vários aspectos que envolvem o saneamento básico do município, desde a proposta de venda da Emasa até a poluição dos rios, sustentabilidade e educação ambiental no município etc.

A sessão começa às 17 horas, no auditório da própria Câmara, e estão convidados o coordenador do Sindae, Danilo Assunção, o pós-doutor em Planejamento e Recursos Naturais, também professor da Universidade de Santa Cruz, Maurício Moreau, o presidente da Emasa, Jader Guedes, e o professor da Universidade do Sul da Bahia, Valerie Nicollier.

# Os riscos de privatização da água serão discutidos em audiência pública no dia 2 de maio

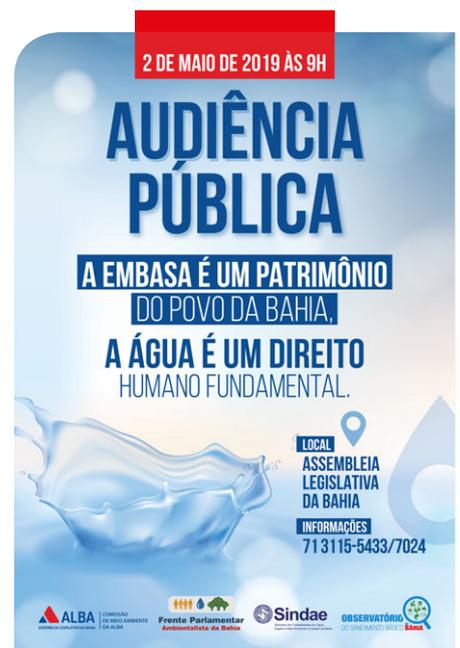
Após uma série de ameaças de privatização da água, sempre tendo na ponta o governo do estado, ficou definida a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia no próximo dia 2 de maio, a partir das 9 horas. Ela colocará no centro das discussões o uso de parcerias público-privadas (PPPs) e abertura de capital da Embasa, as duas possíveis formas de privatização que circulam pela imprensa baiana.

A audiência terá como tema “A Embasa é um patrimônio do povo da Bahia, a água é um direito humano fundamental” e está sendo promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia, ambas da Assembleia Legislativa, com apoio do Sindae e do Observatório do Saneamento Básico da Bahia. A categoria está convocada a participar do debate, até porque a privatização é uma ameaça à sociedade, pois trans-

forma a água numa mercadoria comum, e também resulta em demissões e queda na qualidade do serviço.

Entre os palestrantes convidados estão o secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, Leonardo Góes, o secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, o professor da Ufba, Luis Roberto Moraes, o ex-presidente da Embasa e atual representante dos (das) trabalhadores (as) no Conselho de Administração da Embasa, Abelardo de Oliveira Filho, e o coordenador geral do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), Marcos Montenegro.

Além de parlamentares de vários partidos, também foram convidados representantes da Embasa, da Cerb, do Ministério Público Estadual, da OAB, de entidades religiosas, do Movimento dos Atingidos por Barragens, do Movimento dos Pequenos Agricultores e MST.



## Pagamento do PPR sai dia 9 e deve ser maior do que o anterior. Sindicato espera contribuição da categoria

O acordo de PPR 2018 já está assinado e o arquivo disponível no site do Sindae. A direção da Embasa informou ao Sindicato que o benefício do Programa de Participação nos Resultados (PPR), referente a 2018, deverá ser pago no dia 9 de maio próximo.

A expectativa é de que o valor distribuído a título de Participação nos Resultados da empresa seja 10% maior do que no ano passado, a se confirmar com a publicação do balanço esta semana. O benefício será constituído de duas partes, sendo uma linear (igual para todos), correspondente a 15% do montante apurado pelo ROCA, e os 85% restantes conforme a remuneração de cada um (uma), ponderados pelos resultados das metas alcançados pelos trabalhadores e trabalhadoras da empresa.

Conforme aprovado praticamente por unanimidade nas assembleias que chancelaram o acordo do PPR, está previsto o desconto de 1,5% a título de contribuição assistencial em favor do Sindicato. Trata-se de uma contribuição voluntária, seguindo o procedimento histórico do Sindae de que a categoria é responsável pela sustentação da luta, especialmente nesta conjuntura onde serão necessários muitos recursos para defender a classe trabalhadora contra a retirada de direitos.

Essa contribuição se insere num momento em que o Sindicato precisa ter re-

ursos suficientes para tocar suas lutas, ao mesmo tempo em que enfrenta as garras poderosas de um governo (Bolsonaro) que tem feito fortes ataques contra o movimento sindical e que, através de uma medida provisória, a MP 873, procura asfixiar financeiramente os sindicatos para calar vozes contrárias à reforma da previdência e a todos os seus projetos que trazem prejuízos à sociedade brasileira.

Não bastasse a campanha salarial, que já indica grau de dificuldade extrema devido à crise econômica do país e do estado, temos ainda as lutas contra o governo estadual e prefeituras que estão investindo na privatização da água – proposta que não descarta a venda da Embasa, entre outras coisas, e que engloba a tomada de serviços pelos municípios.

Agora mesmo estamos fazendo palestras e audiências públicas contra o projeto de parcerias público-privadas do governo estadual, e também temos feito campanhas sistemáticas em municípios do Sul e Extremo Sul, através do rádio, impressão e distribuição de panfletos e do emprego de carros de som, para barrar propostas de privatização do saneamento. Afinal, caso sejam aprovadas, além dos prejuízos para a sociedade que resultam da mercantilização da água, será o enfraquecimento da Embasa, colocando em risco sua existência.



Só quando a última árvore for derrubada, o último peixe for morto e o último rio for poluído é que o homem perceberá que não pode comer dinheiro.



Provérbio Indígena

## CAMPANHA SALARIAL

# Mais cinco acordos coletivos estão fechados com Saaes e alguns trazem importantes avanços

Passado o “sufoco” provocado pela crise no abastecimento de água, que perdurou até o ano passado, o Saae de Itajuípe não escapou das negociações para um novo acordo coletivo de trabalho e, com isso, melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Assim, depois de longa negociação entre a autarquia e o Sindicato, o acordo coletivo deste ano foi fechado e será encaminhado, através de projeto de lei, para a Câmara de Vereadores. Os outros acordos fechados foram na região do São Francisco.

O acordo em Itajuípe estabelece reajuste salarial de 9% para serventes de pedreiro, auxiliares de serviços gerais e administrativos, técnico de laboratório e vigilantes, e de 7% para os demais trabalhadores, estando incluídos nesses dois percentuais os 3,84% de perdas ocorridas em 2016, no auge da crise da água, quando ocorreu queda no faturamento da autarquia.

### REGIÃO DO SÃO FRANCISCO

– Também estão fechados, dependendo de aprovação do projeto de lei pela Câmara de Vereadores, os acordos coletivos com os Saaes de Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe.

Em Carinhanha, foi fechado um reajuste salarial que ficará entre 10% e 8%, a depender de um estudo que a autarquia está finalizando. Houve avanço, pois a autarquia se comprometeu a disponibilizar um plano de saúde para os (as) trabalhadores (as). Em São Félix do Coribe, reajuste de 8%, além de cesta básica de R\$ 100,00 e assistência médica.

Já em Santa Maria da Vitória, o reajuste será de 8%, auxílio alimentação de R\$ 400,00, assistência médica e odontológica, custeio de despesas oftalmológicas no limite de R\$ 550,00 e fornecimento de transporte. Também será avaliada a implantação de um prêmio por desempenho. Em Bom Jesus da Lapa, reajuste também de 8%, além de gratificação de férias à base de 35%, adiantamento de férias, auxílio alimentação de R\$ 310,00, auxílio funeral, auxílio material escolar de R\$ 250,00 e assistência médica e odontológica.

Estão bem avançadas as negociações com o Saae de Correntina, onde já ficou definido um reajuste de 8% que irá, inclusive, compensar o não pagamento dos retroativos de reajustes de 2015 a 2018. Ali estão previstas a implantação de cláusulas novas, como cesta básica, auxílio material escolar e assistência médica e odontológica. Em breve haverá uma reunião com o prefeito para decidir sobre o acordo.

### NEGOCIAÇÕES EM ANDAMENTO

– Estão avançadas as negociações do acordo coletivo em diversos Saaes. Em Catu e Alagoinhas foram fechadas as cláusulas sociais e administrativas, ficando mantidas conforme o acordo anterior. Em Curaçá haverá uma reunião com o prefeito para discutir a situação do reajuste salarial. Em Juazeiro houve uma reunião no último dia 11 e uma nova está prevista para os próximos dias.

Ainda na Região Norte, foram fechados os acordos de Sento Sé, com 5% de reajuste salarial, e Casa Nova, que conce-

deu 4,5% de reajuste em maio, mais 1,5% em julho, a título de promoção por antiguidade. Não há ainda reunião prevista para o Saae de Pindobaçu e em Remanso uma negociação deve acontecer esta semana.

**PILÃO ARCADE** – Além da definição de um reajuste para os salários a partir de primeiro de maio (9,79%), o diretor do Saae de Pilão Arcado, Wagner Santana, concordou e efetuou o pagamento das duas folhas salariais que estavam em atraso (fevereiro e março). Essas decisões fizeram com que os (as) trabalhadores (as) suspendessem a greve que estava marcada para esta semana (dias 22 e 23). Com isso, fechou-se a negociação do novo acordo coletivo de trabalho. Com relação às pendências que ficaram da gestão anterior, o diretor Wagner Santana só se compromete a pagar mediante decisão judicial. Agora a categoria aguarda o envio do projeto de lei para a Câmara de Vereadores com a proposta do acordo coletivo.

## Negociação com a Cerb trava nas cláusulas com impacto financeiro

A falta de orientação do governo sobre um parâmetro econômico fez com que a negociação do acordo coletivo com a Cerb, na última quarta (17), não surtisse qualquer efeito. A representação da empresa afirmou que “precisa de um aval” para discutir as cláusulas de impacto financeiro e alertou, diante da crise econômica que assola o país, que dificilmente haverá incremento econômico no acordo.

Pelos mesmos motivos foram descartadas as negociações em torno de cláusulas novas, pois, segundo a representação empresarial, o cenário não é favorável. Na reunião anterior a essa, 27 cláusulas sociais e administrativas foram fechadas, o que deu um total de 33. As que faltam giram em torno do reajuste salarial, dos auxílios, tíquete alimentação, adicionais de transferência, de periculosidade e insalubridade, brindes natalino e junino etc. A cláusula sobre assistência odontológica será discutida posteriormente, uma vez que brevemente o contrato com a operadora será motivo de renovação ou não, pois está chegando ao final.

## Sindae esclarece dúvidas sobre salário mínimo profissional dos engenheiros

Muitos têm sido os comentários na categoria sobre uma decisão da justiça em torno do salário mínimo profissional dos engenheiros da Embasa. Trata-se de um processo do Sindicato dos Engenheiros da Bahia (Senge) iniciado em 2012 e que entrou agora em fase de execução. Processos semelhantes foram ajuizados pelo Sindae desde 2008 sobre essa questão e vários profissionais tiveram seu direito reconhecido. Ficaram com seus salários vinculados ao mínimo profissional, por decisão dos juízes dos processos.

A título de esclarecimento, a lei prevê o salário mínimo profissional pa-

ra os engenheiros na base de 8,5 salários mínimos nacionais (há juízes que, excepcionalmente, ampliam mais). Esse mínimo profissional se aplica ao salário inicial, no momento da contratação. A partir desse momento (da contratação, e baseada no salário mínimo profissional), os reajustes que se aplicam são os decorrentes de vontade própria do empregador ou derivado de acordos e convenções coletivas de trabalho. Os engenheiros da Embasa que tiverem qualquer dúvida sobre o tema podem entrar em contato com o setor jurídico do Sindae nos dias de plantão dos nossos advogados, de terça a quinta-feira.

# Sindae adere à campanha e faz parte da promoção de curso sobre o benzeno

Como parte da campanha alusiva ao “Abril Verde”, o Sindae se juntou ao Sindipetro, Sindiquímica, Sinposba, Sinditicc e Sittican para a realização de um curso sobre o benzeno, produto tóxico e cancerígeno, responsável pelo adoecimento e morte de inúmeros trabalhadores em todo o mundo. O evento aconteceu entre os dias 15 e 17 deste mês, em nosso auditório.

A química Arline Arcuri, da Fundação, afirmou que o benzeno é um dos 10 produtos mais perigosos listados pela Organização Mundial de Saúde e o quarto numa relação de entidade ambientalista

americana, a EPA. Os primeiros limites de tolerância foram estabelecidos na Europa, assim como o tratamento diferenciado para as doenças dele decorrentes, como o benzenismo, em ambos os casos por pressão do movimento sindical e após vários casos de intoxicação de trabalhadores. Além de Arcuri, o curso teve como palestrante a doutora Marcia Sarpa, pesquisadora do Instituto Nacional de Câncer.

O benzeno faz parte da cadeia produtiva do Polo Petroquímico de Camaçari, onde estão empregados (as) da Cetrel e DAC, que são representados pelo Sindae.

Ele gera milhares de outros produtos, sendo a quinta substância mais produzida no mundo, ainda segundo Arcuri.

A auditora Lidiane de Araújo, da Superintendência Regional do Trabalho, alertou para a importância do uso dos equipamentos de proteção e que espera chegar o tempo em que a obediência a esses equipamentos evitem mais intoxicações de trabalhadores: “Temos de pensar cada vez mais em colocar pessoas nos postos de trabalho de forma segura”, disse ela. Também lembrou que o quadro de auditores fiscais para a Região Metropolitana de Salvador é muito reduzido. São apenas 10 para a fiscalização de todas as atividades econômicas.

Origem do “Abril Verde” – Abril Verde é uma campanha de conscientização e orientação com o objetivo de prevenir acidentes e doenças do trabalho. O mês foi escolhido tomando por base o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho, 28 de Abril. Essa data foi escolhida por iniciativa de sindicatos canadenses, em virtude da explosão de uma mina na cidade de Farmington, estado na Virgínia (Estados Unidos), em 1969, e que acabou por matar 78 trabalhadores, sendo este um dos maiores acidentes trabalhistas da humanidade.

## A verdadeira dívida externa

Eu, Guaicaipuro Cautémoc, descendente dos que povoaram a América há 40 mil anos, vim aqui encontrar os que nos encontraram há apenas 500 anos.

O irmão advogado europeu me explica que aqui toda dívida deve ser paga, ainda que para isso se tenha que vender seres humanos ou países inteiros.

Pois bem! eu também tenho dívidas a cobrar. Consta no arquivo das índias ocidentais que entre os anos de 1503 e 1660, chegaram à Europa 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata vindos da minha terra!... teria sido um saque? Não acredito. Seria pensar que os irmãos cristãos faltaram a seu sétimo mandamento.

Genocídio?... não. Eu jamais pensaria que os europeus, como Caim, matam e negam o sangue de seu irmão.

Espoliação?... seria o mesmo que dizer que o capitalismo deslançou graças à inundação da Europa pelos metais preciosos arrancados de minha terra!

Vamos considerar que esse ouro e essa prata foram o primeiro de muitos empréstimos amigáveis que fizemos à Europa. Achar que não foi isso seria presumir a existência de crimes de guerra, o que me daria o direito de exigir a devolução dos metais e a cobrar indenização por danos e perdas.

Prefiro crer que nós, índios, fizemos um empréstimo a vocês, europeus.

Ao comemorar o quinto centenário desse empréstimo, perguntamo-nos se vocês usaram racional e responsabilmente os fundos que lhes adiantamos.

Lamentamos dizer que não.

Vocês dilapidaram esse dinheiro em armadas invencíveis, Terceiros Reichs e outras formas de extermínio mútuo. E acabaram ocupados pelas tropas da OTAN.

Vocês foram incapazes de acabar com o capital e deixar de depender das matérias-primas e da energia barata que arrancam do terceiro mundo.

Esse quadro deplorável corrobora a afirmação de Milton Friedmann, segundo o qual uma economia não pode depender de subsídios.

Por isso, meus senhores da Europa, eu, Guaicaipuro Cautémoc, sinto-me obrigado a cobrar o empréstimo que tão generosamente lhes concedemos há 500 anos, e os juros.

É para seu próprio bem.

Não, não vamos cobrar de vocês as taxas de 20 a 30 por cento de juros que vocês impõem ao terceiro mundo.

Queremos apenas a devolução dos metais preciosos, mais 10 por cento sobre 500 anos.

Lamento dizer, mas a dívida europeia para conosco, índios, pesa mais que o planeta terra!... e vejam que calculamos isso em ouro e prata. Não consideramos o sangue derramado de nossos ancestrais!

Sei que vocês não têm esse dinheiro, porque não souberam gerar riquezas com nosso generoso empréstimo.

Mas há sempre uma saída: entreguem-nos a Europa inteira, como primeira prestação de sua dívida histórica.

Guaicaipuro Cautémoc

## Protesto nos aeroportos faz pressão nos parlamentares

Assim como em outros estados, na Bahia as centrais sindicais fizeram manifestações no Aeroporto de Salvador no começo da semana passada, nas primeiras horas da manhã, visando pressionar parlamentares que embarcavam para Brasília. Durante o protesto foram colhidas adesões ao Abaixo-Assinado Nacional em Defesa da Previdência Social e de sua Aposentadoria.

O presidente da CUT Bahia, Cedro Silva, afirmou que o projeto de reforma da previdência vai transformar jovens trabalhadores de hoje em idosos miseráveis no futuro, e mesmo quem já tem muito tempo no mercado de trabalho terá graves prejuízos com o corte e redução de direitos. Ele também pede que o (a) eleitor (a) pressione cada parlamentar e exija respeito pelo seu voto.

## Bolsonaro corta aumento real no salário mínimo e proíbe concurso público em 2020

Ao salário mínimo, o salário do povão, nada além do mínimo, basta a correção pela inflação – assim decidiu o presidente Jair Bolsonaro ao enviar para o Congresso Nacional o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem. E como tem pouco apreço à classe trabalhadora, também vetou reajuste para servidores da União (só tem previsão para os militares) e a realização de concursos públicos em 2020, acabando com a esperança de milhares de pessoas desejosas de ingresso no serviço público.

Com sua proposta, Bolsonaro jogou

por terra a política de valorização do salário mínimo que estava em vigor desde 2011. Através dela, o salário mínimo era corrigido pela inflação e pela variação do PIB, uma fórmula de governos petistas visando garantir aumentos reais para grande parcela da classe trabalhadora. Presidente e o ministro banqueiro Paulo Guedes, da Economia, preferem algo mais modesto e estão propondo um salário mínimo de R\$ 1.040,00 para 2020. Os aumentos reais concedidos ao salário mínimo nos governos petistas são apontados como um dos responsáveis pela queda da pobreza no país.

## Agrado aos ruralistas: governo cria órgão com poder de perdoar multas

Conforme prometido em campanha eleitoral, o presidente Bolsonaro segue firme no seu propósito de escancarar o meio ambiente para a ação predatória de agricultores e pecuaristas. Foi anunciada a criação de um órgão regulatório com o poder de perdoar ou revisar multas ambientais, em uma medida para combater o que ele tem descrito como uma “indústria das multas” que ameaça a subsistência de grandes empresários do campo.

Por enquanto, esse órgão está descrito como “núcleo de conciliação ambiental” e terá poderes para resolver disputas ambientais, conforme decreto publicado na semana passada. Ambientalistas alertam que a medida pode prejudicar o cumprimento de leis contra o desmatamento em biomas sensíveis, como a floresta amazônica, dentre outras, até porque esse órgão cria um desestímulo para agentes federais encarregados da fiscalização ao meio ambiente.

## Crise piora e provoca congelamento de preços na Argentina

Os efeitos perversos do receituário neoliberal seguido pelo governo de Mauricio Macri, previstos desde que ele chegou ao poder, estão sendo cada vez mais sentidos pelo povo argentino. Desde a semana passada o país vive sob novo pacote econômico que prevê o congelamento dos preços de 60 produtos e também das tarifas públicas, medidas que visam conter a inflação que chegou a 4,7% em março, acumulando alta de 54,7% nos últimos 12 meses. A crise lá afeta o Brasil devido ao grande comércio entre os dois países.

A Argentina vive uma crise persistente que piorou com a implantação das políticas

neoliberais do presidente Macri – sobretudo as privatizações para diminuir a presença do estado na economia. Ele já buscou a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI), que emprestou 56 bilhões de dólares no ano passado, mas nada surtiu efeito.

A presença do FMI na América Latina é velha conhecida dos brasileiros, que também viveram sucessivas crises econômicas desde o Governo Collor e que durou até o Governo FHC. A cada empréstimo o endividamento do Brasil aumentava, exigindo um desembolso cada vez maior de juros. A dívida com o FMI foi paga durante o Governo Lula, período em que o país chegou a ser credor do Fundo.

# Gotad'água



**EXPEDIENTE**

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;  
Responsabilidade: Diretoria Executiva;  
Editor: José Sinval Soares;  
Tiragem: 8.000 exemplares;  
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia  
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700  
Email: sindae@sindae-ba.org.br

siga-nos: [f /sindaeba](#) [ig /sindaeba](#) [t @sindaebahia](#) [yt /user/sindaeba](#)

## TOMENota

### ECONOMIA CAMBALEANTE

Dois novos indicadores divulgados na semana passada mostram o quanto anda a economia brasileira nesse momento: o Índice de Atividade Econômica cai 0,73% em fevereiro e indica PIB fraco. Ele é medido pelo Banco Central e abrange indústria, comércio, serviços e agropecuária. Por outro lado houve aumento de 0,13% no primeiro trimestre do ano no número de inadimplentes no país. Agora são 62,7 milhões de pessoas operando em dívida, segundo o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

### VELHO CHICO

O Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco já definiu as quatro cidades onde acontecerá o relançamento, em junho, da campanha 'Eu Viro Carranca pra Defender o Velho Chico'. Serão duas cidades baianas, Juazeiro e Bom Jesus da Lapa, mais Três Marias (MG) e Pão de Açúcar (AL). A campanha tem o objetivo de mobilizar a sociedade para a preservação e revitalização do Velho Chico, vítima do lançamento de esgotos e agrotóxicos, do desmatamento em suas margens e de outros crimes ambientais.

### VIOLÊNCIA NO CAMPO

A violência no campo aumentou 4% em 2018, em relação ao ano anterior, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os conflitos saltaram de 1.431 para 1.489, numa área de 39,4 milhões de hectares. O maior número de conflitos continua sendo registrado na Região Norte. Entidades estimam que, sob o governo Bolsonaro, os casos de violência contra trabalhadores rurais, quilombolas e indígenas terão aumento significativo.

### FALECIMENTO

ACERVO SINDAE



Faleceu na madrugada do último sábado o companheiro aposentado da Embasa Etelvino Ferreira Porto Filho. O sepultamento ocorreu no mesmo dia, no cemitério Jardim Celestial, em Feira de Santana. Etelvino trabalhou durante vários anos na unidade regional da empresa em Feira de Santana, sendo muito querido pelos colegas de trabalho. Deixou dois filhos e muita saudade entre familiares e amigos.